



# Regime geral do processo tutelar cível

## Ação de Formação Contínua Tipo D

Lisboa - Sala de vídeo do Centro de Estudos Judiciários • Dia 30 de junho de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público.

- Objetivos:
- Reflexão sobre qual a forma processual adequada ao pedido de regresso de criança deslocada ou retida ilicitamente.
  - Análise de questões práticas surgidas com a aplicação do R.G.P.T.C.
  - A mediação pública, sua aplicação, benefícios, constrangimentos e desafios decorrentes do R.G.P.T.C.
  - A Assessoria/ Audição Técnica Especializada e o papel que desempenha na obtenção de consensos e no acompanhamento pós-sentencial.

## Programa

### Manhã

- 09h45** Abertura  
Direção do Centro de Estudos Judiciários
- 10h00** “O meio processual interno adequado ao regresso de criança nas situações de deslocação ou retenção ilícitas”  
*Carlos Purificação Ferreira, Procurador da República, Tribunal de Pombal, Juízo de Família e Menores*
- 10h45** Intervalo
- 11h00** Análise e resposta de questões práticas previamente elencada  
*Rogério Feliciano, Juiz de Direito, Tribunal de Torres Vedras, Juízo de Família e Menores*
- Maria Teresa Zarco, Procuradora da República, Tribunal de Vila Franca de Xira, Juízo de Família e Menores*
- 12h15** Debate  
Moderação: *Ana Teresa Leal, Procuradora da República, Docente do CEJ*

### Tarde

- 14h30** “A mediação pública, sua aplicação, benefícios, constrangimentos e desafios”  
*Marta San Bento, Jurista, DGPJ*
- 15h30** “A Assessoria/ Audição Técnica Especializada e o papel que desempenha na obtenção de consensos e acompanhamento pós-sentencial”  
*Miguel Vaz, Juiz de Direito, Tribunal de Pombal, Juízo de Família e Menores*
- Elisabete Moita, Diretora do Núcleo de Infância e Juventude, do ISS/IP, Centro Distrital de Leiria*
- 16h30** Debate  
Moderação: *Maria Perquilhas, Juiz de Direito, Docente do CEJ*